RELATÓRIO E CONTAS

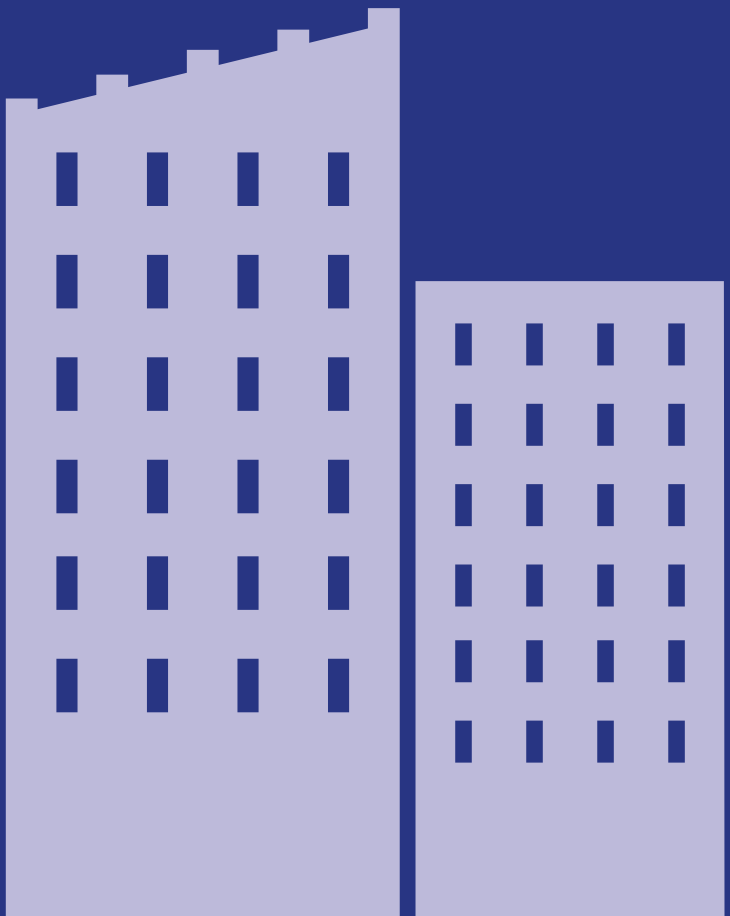
2020

CONDURIL

RELATÓRIO E CONTAS

2020

ÍNDICE



CAP. 01
A CONDURIL
04

CAP. 02
RELATÓRIO
DE GESTÃO
10

CAP. 03
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
E ANEXO
20

CAP. 04
RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL
72

CAP. 05
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
76

CAP.

01

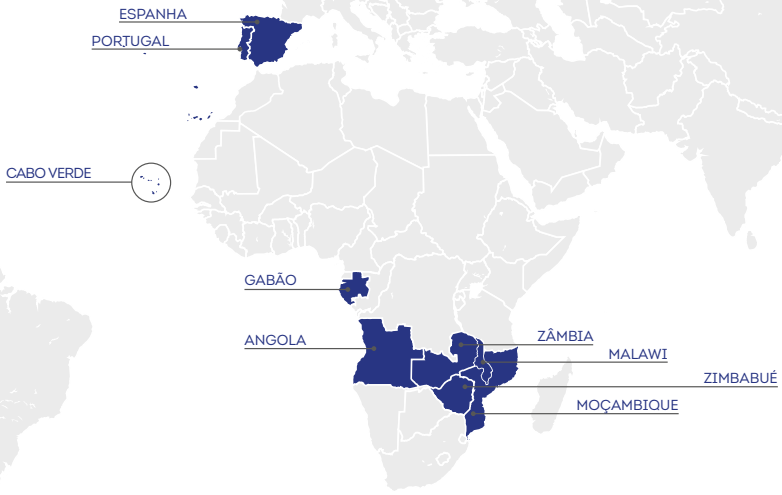
A CONDURIL

RELATÓRIO E CONTAS 2020

AS EMPRESAS PARA SEREM GANHADORAS DEVEM SER ESCRUPULOSAS NO QUE SE REFERE A ESTABELECER OBJETIVOS ESPECÍFICOS E PÔR EM PRÁTICA ESSAS REFERÊNCIAS.

DA MÁXIMA IMPORTÂNCIA É TAMBÉM ESTABELECER VALORES EMPRESARIAIS E ÉTICOS CLAROS COMO PARTE INTEGRANTE DA CULTURA DA EMPRESA, PROCURANDO SER EXIGENTE NA FORMA COMO SÃO RESPEITADOS NO DIA A DIA DA ORGANIZAÇÃO. EM PARTICULAR, NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, A EXISTÊNCIA DE UM CONJUNTO DE VALORES CLARAMENTE ASSUMIDOS PELA EMPRESA CONSTITUI *PER SE* UM ATRIBUTO DA MAIOR IMPORTÂNCIA E UM FATOR DISTINTIVO QUE A MARCA PROFUNDAMENTE NO MERCADO, CONFERINDO-LHE ATRIBUTOS DE COMPETITIVIDADE GERAL RELEVANTES.

AO LONGO DOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS, EM QUE LIDERAMOS ESTA EMPRESA, FOMOS PROCURANDO, PERSISTENTEMENTE, MELHORAR O SEU FUNCIONAMENTO, E ESSA NOSSA PREOCUPAÇÃO, A PARTIR DE CERTO MOMENTO, COMEÇOU A EXIGIR A PUBLICAÇÃO INTERNA DE UM CONJUNTO DE DOCUMENTOS QUE REGISTASSEM POR ESCRITO, PARA CONSULTA DE TODOS, OS MAIS IMPORTANTES TEMAS DE GESTÃO DA EMPRESA, FIXANDO COMO TODOS OS COLABORADORES, NO ÂMBITO DAS SUAS FUNÇÕES DE TRABALHO, DEVIAM ORIENTAR AS SUAS DECISÕES E COMPORTAMENTOS, EM PARTICULAR: NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA DA CONDURIL; NA EXECUÇÃO DAS OBRAS; NO CONTROLO; NO TRATAMENTO DOS CLIENTES; NO RELACIONAMENTO COM OS OUTROS COLABORADORES E NA SOCIEDADE EM GERAL ENQUANTO COLABORADORES DA CONDURIL; NA OBEDIÊNCIA AOS NOSSOS VALORES E PRINCÍPIOS.



VISÃO

A Conduril desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e o seu objetivo principal, quer em termos técnicos, quer em termos económicos, é ser (e ser reconhecida pelo mercado como tal) uma das melhores empresas portuguesas de engenharia com, simultaneamente, as seguintes características:

Ser uma grande empresa à escala nacional em termos técnicos e económicos, capaz de dar resposta a qualquer obra de engenharia civil quer no mercado nacional quer no estrangeiro.

Ser, em termos do número total de pessoas no ativo, a nível nacional, uma média empresa, flexível, capaz de responder às diversas solicitações do mercado e com uma grande capacidade técnica, capaz de, além do mais, ser uma sólida base de apoio à sua atuação no estrangeiro.

MISSÃO

Temos por missão a criação duradoura de riqueza para os nossos acionistas e a sustentabilidade das melhores condições de trabalho e remuneração para os nossos colaboradores — e a sua satisfação como primeiro vetor da nossa responsabilidade social — quer no ativo, quer na reforma, em particular através do complemento de reforma da ordem dos 22,5% superior às reformas normais, proveniente do nosso fundo de pensões — criado em 1989 — e da sustentabilidade da Conduril Academy em Angola e Moçambique, bem como da manutenção das bolsas de estudo universitário nestes países, cujo suporte pressupõe a perenidade da Conduril, o que implica a obtenção persistente de resultados.

VALORES

Acreditamos que só podemos criar valor e riqueza, isto é, vencer, de forma certa, ou seja: com franqueza, confiança e responsabilização alicerçada numa cultura de integridade que significa: Honestidade, Transparência, Justiça e uma rigorosa adesão às regras e aos regulamentos; são estes os nossos valores e os fundamentos de todos os nossos princípios.

«Estamos determinados a promover e preservar durante "os próximos cem (100) anos" os nossos valores e princípios fundamentais, cultivando focadamente as condições de sobrevivência necessárias»: Coesão, Consistência, Meritocracia, Lealdade, Rigor, Ética e Cultura.

PARA UMA EMPRESA QUE ATUA NO MERCADO INTERNACIONAL É VITAL A SUA CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO À SOCIEDADE ONDE TRABALHA, PROCURANDO INTEGRAR-SE O MELHOR POSSÍVEL NO AMBIENTE SOCIAL EXISTENTE, RESPEITANDO OS COSTUMES LOCAIS E COLABORANDO COM INTELIGÊNCIA, NA MEDIDA DO POSSÍVEL, NO ÂMBITO DA SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL.

UMA CULTURA COMO A DA CONDURIL, QUE VALORIZA A AÇÃO, PROMOVE A TRANSPARÊNCIA, CAPACITA OS COLABORADORES E INCENTIVA A COMUNICAÇÃO, DÁ ENERGIA CINÉTICA AO PLANO, E É UMA PROMESSA PARA COM OS SEUS COLABORADORES.

É ESSE CONJUNTO DE "NORMATIVOS", QUE TEM SIDO, ORALMENTE E POR ESCRITO, POSTO À DISPOSIÇÃO DE TODOS, AO LONGO DESTES CINQUENTA ANOS, QUE CULMINOU, EM 2019, COM A PUBLICAÇÃO UNIFICADA DO ESSENCIAL DO GOVERNO DA EMPRESA CONSUBSTANCIADO NA NOSSA "CONSTITUIÇÃO": O VERDADEIRO LIGANTE ENTRE TODOS OS COLABORADORES, CAPAZ DE GARANTIR A PERENIDADE DA CONDURIL COM TODAS AS VANTAGENS QUE ISSO ACARRETA: PARA TODOS NÓS COLABORADORES; PARA TODOS OS ABRANGIDOS PELA NOSSA RESPONSABILIDADE SOCIAL ATIVA, PRESENTE E FUTURA; PARA TODO O PAÍS.

IN "CONSTITUIÇÃO" DA CONDURIL, 2019

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinho Ferreira Lemos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Luís Amorim Martins (Presidente)
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Maria Luísa Andrade Amorim Martins
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

COMISSÃO EXECUTIVA

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins (vice-CEO e CFO)
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

CONSELHO FISCAL

Ademar Américo Soares Paiva (Presidente)
Maria de Lourdes Lopes Chaves
Júlio Gales Ferreira Pinto
João Ricardo Araújo Monteiro Rocha (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

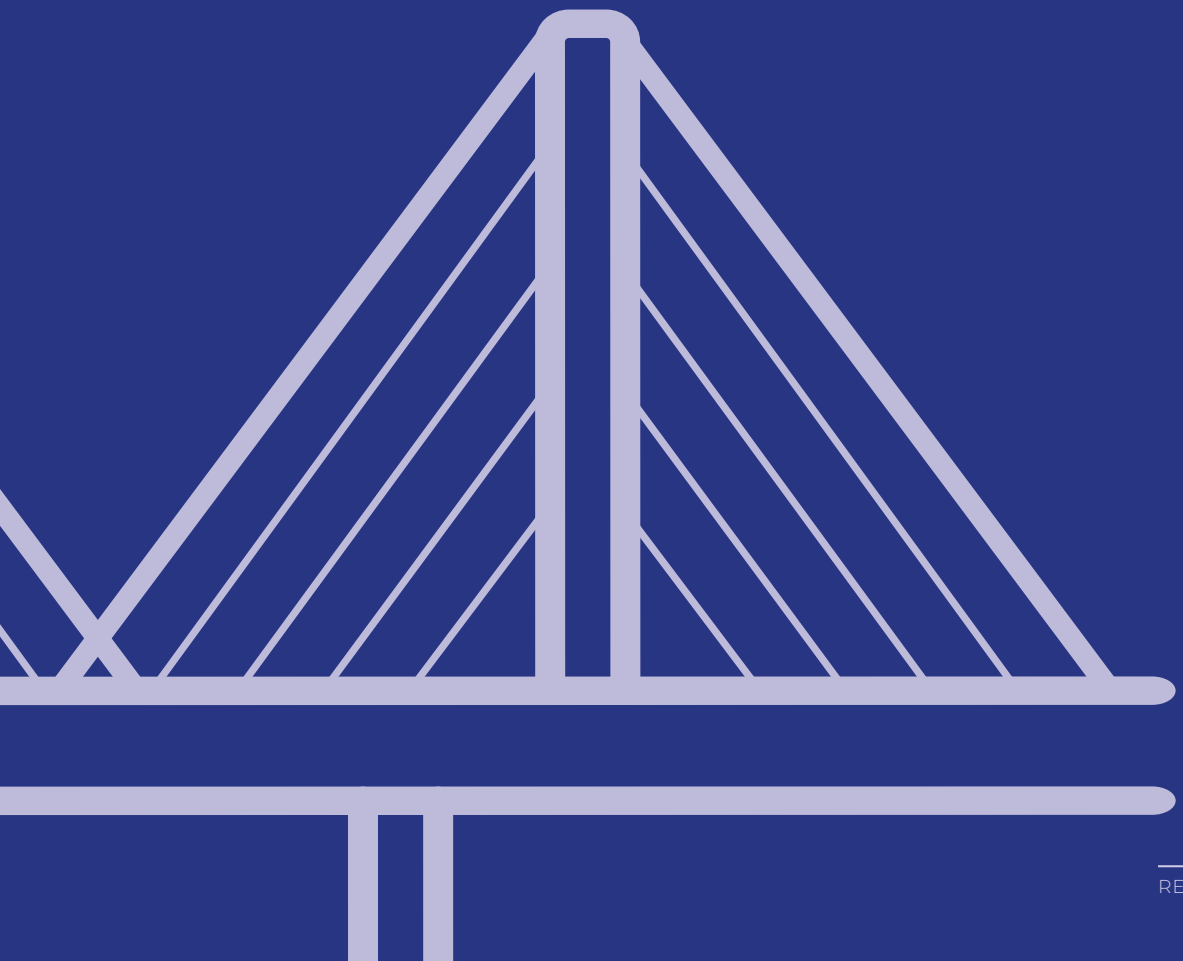
Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por
Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)

CAP.

02

RELATÓRIO DE GESTÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONDURIL - ENGENHARIA, S.A., NO CUMPRIMENTO DOS ESTATUTOS E DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS, APRESENTA E SUBMETE À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS O RELATÓRIO DE GESTÃO, AS CONTAS DO PERÍODO E DEMAIS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2020.



1. Após uma década de crescimento contínuo do produto mundial, a pandemia de COVID-19, que num curto espaço de tempo se disseminou à escala global, provocou uma quebra generalizada na atividade económica com consequências severas na sua evolução, gerando em 2020 uma das mais baixas taxas de crescimento de que há memória, inferior a -4%.

As medidas de combate à pandemia assumiram um caráter restritivo, condicionaram a circulação de pessoas, bens e serviços, levaram os organismos públicos a concentrarem os seus esforços, ao longo do ano, em projetos relacionados com a saúde pública e os agentes económicos privados a atuarem com particular precaução, culminando na quebra do comércio interno e externo, e no adiamento de investimentos perspetivados para 2020 e, muito provavelmente, para os anos seguintes.

TABELA 1 - Evolução da taxa de crescimento do produto real

	2021	2020	2019
MUNDO	5,2%	-4,4%	2,8%
PAÍSES DESENVOLVIDOS	3,9%	-5,8%	1,7%
Portugal	6,5%	-10%	2,2%
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	6,0%	-3,3%	3,7%
Angola	3,2%	-4,0%	-0,9%
Moçambique	2,1%	-0,5%	2,3%
Zâmbia	0,6%	-4,8%	1,4%
Malawi	2,5%	0,6%	4,5%
Gabão	2,1%	-2,7%	3,8%
Zimbabué	4,2%	-10,4%	-6,5%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Em Portugal, as entidades nacionais são menos pessimistas, apontando para uma quebra do produto interno próxima dos 8% em 2020, estimando a retoma do crescimento em 2021, embora ainda muito limitada pela evolução ainda incerta da pandemia e pela implementação das medidas previstas no pacote de ajuda designado "bazuca europeia".

Também em África, e em particular nos países onde a Conduril atua (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi, Gabão e Zimbabué), as economias sofreram uma forte penalização provocada pela pandemia.

Angola

2. Ao longo do ano de 2020, a atividade da Conduril viu-se obrigada a constantes readaptações de todos os meios envolvidos, em consequência do conjunto amplificado de obstáculos que enfrentou, nomeadamente:

Portugal

- o fecho de espaços aéreos e de fronteiras como resposta à pandemia afetou não só o fornecimento de bens e serviços, mas sobretudo a mobilidade dos recursos humanos;

- o fecho de serviços considerados não essenciais pelas entidades públicas de imediato obrigou a empresa a implementar alternativas para garantir a satisfação de necessidades básicas – como é o caso, por exemplo, da alimentação – de centenas de colaboradores que se encontravam deslocados nas diversas obras em curso;

- o crescente clima de tensão e terrorismo vivido na província de Cabo Delgado, em Moçambique, levou à rescisão por mútuo acordo do contrato da obra financiada pelo governo japonês que a Conduril se encontrava a executar nesta região;

- os efeitos da COVID-19 no Malawi também levaram à rescisão por mútuo acordo do contrato de uma obra financiada pelo governo japonês que a Conduril se encontrava a executar neste país;

- o reforço dos meios de alojamento e transporte devido às limitações de capacidade impostas;

- a escassez de alguns bens utilizados ao longo do processo produtivo levou à escalada dos seus preços;

- o foco no apoio ao combate à epidemia pelas entidades públicas conduziu ao adiamento (em alguns casos provocou mesmo o cancelamento) de diversos projetos no setor onde a Conduril opera, com particular ênfase em África, onde se verificou uma diminuição drástica das empreitadas a concurso.

Perante estas dificuldades, o volume de negócios da Conduril em 2020 diminuiu 24% face ao ano anterior, ascendendo a 111 milhões de euros. No entanto, é de realçar que, de acordo com a perspetiva apresentada no relatório de 2019, o peso do volume de negócios no mercado português aumentou para os 55% (face a 36% em 2019), estando os restantes 45% repartidos pelos países do continente africano onde a Conduril se encontra instalada. O esforço acrescido para a manutenção dos padrões de qualidade que lhe são reconhecidos e das melhores condições possíveis para os seus colaboradores tiveram um impacto direto na diminuição da rentabilidade, terminando o ano com um resultado líquido de 1.136 milhares de euros.

Os principais indicadores económicos e financeiros mantêm valores confortáveis e espelham a sólida política de consolidação que sempre pautou a atividade da Conduril:

INDICADORES	2020	2019	2018
Ativo (€)	386.854.139	385.563.980	370.596.384
Passivo (€)	208.576.165	176.324.270	158.164.579
Capital próprio (€)	178.277.974	209.239.710	212.431.805
Dívida líquida (€)	11.697.763	-487.178	-19.124.841
Volume de negócios (€)	110.964.706	146.741.149	119.700.251
VAB (€)	45.919.661	55.664.544	57.112.124
EBITDA (€)	11.536.107	19.386.158	25.185.566
Resultado líquido do período (€)	1.136.131	2.461.138	3.045.198
Autonomia financeira	46%	54%	57%
Liquidez geral	159%	184%	199%
Rácio de solvabilidade	85%	119%	134%

Neste ano atípico de 2020, não se pode deixar de destacar alguns pontos importantes:

- o arranque em Portugal de duas obras que obrigaram a um grande esforço de investimento e que, pelas suas dimensões e características, ficarão na história da Conduril: a empreitada da 3.ª fase da ampliação do molhe leste do Porto de Sines, para a APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., e a construção da barragem e central do aproveitamento hidroelétrico de Alto Tâmega do sistema eletroprodutor do Tâmega, para a Iberdrola Generación S.A. Unipessoal;

- as novas empreitadas, nomeadamente: em Portugal, a modernização da linha da Beira Alta nos troços Guarda – Vilar Formoso e Celorico da Beira – Guarda e a construção da nova igreja de Pedro Miguel na ilha do Faial (Açores); a construção de três novas pontes na EN105 na província de Benguela, em Angola; a construção da 1.ª fase do canal de irrigação do Vale de Shire no Malawi; e, no Gabão, a reabilitação de rede de distribuição de água entre Owendo e Ntoum;

- a conclusão da construção da ponte pedonal suspensa de Arouca, em Portugal, e da reabilitação da estrada entre Condé e o Ebo, em Angola; e

- as diferentes certificações devidamente acreditadas por entidades externas que a empresa ano após ano vem renovando, atualizando e reforçando:

	PORTUGAL	ANGOLA	MOÇAMBIQUE
Sistema de gestão da qualidade	**ACOMPANHAMENTO** NP EN ISO 9001:2015 APCER	**RENOVAÇÃO** NP EN ISO 9001:2015 APCER	**ACOMPANHAMENTO** NP EN ISO 9001:2015 APCER
Sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho	**MIGRAÇÃO** ISO 45001:2019 APCER	**MIGRAÇÃO** NP ISO 45001:2019 APCER	**MIGRAÇÃO** NP ISO 45001:2019 APCER
Sistema de gestão ambiental	**RENOVAÇÃO** NP EN ISO 14001:2015 APCER	**CONCESSÃO** NP EN ISO 14001:2015 APCER	**ACOMPANHAMENTO** EN ISO 14001:2015 APCER
Acreditação do laboratório central	**ACOMPANHAMENTO** NP EN ISO/IEC 17025:2018 IPAC		**PARECER FAVORÁVEL** (aguarda auditoria de concessão da certificação) NP EN ISO/IEC 17025:2018 IPAC
Marcação CE para as estruturas metálicas	**MANUTENÇÃO** (Edirio) EN 1090+1:2009+A1:2011 APCER		
Marcação CE de misturas betuminosas produzidas na central instalada na obra "IP5 – Vilar Formoso/ fronteira"	**OBTENÇÃO** EN 13108-1:2006 + EN 13108-1:2006/AC:2008 e EN 13108-5:2006 + EN 13108-5:2006/ AC:2008 APCER		

Relativamente às participações nas concessionárias de duas das subconcessões rodoviárias de Portugal:

- no último trimestre do ano 2020, a Conduril e restantes detentores do capital da SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A. chegaram a acordo para a venda da subconcessionária do Baixo Alentejo e respetivo operador, Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. Tendo sido assinado o contrato promessa de compra e venda em dezembro, a operação já teve luz verde da Autoridade da Concorrência em fevereiro de 2021 e aguarda autorizações dos restantes organismos oficiais. É expectável que o negócio seja concluído até ao fim do primeiro semestre deste ano;

- em relação à participação da empresa na subconcessão do Algarve Litoral, e como referido no relatório de 2019, deu entrada nesse ano um processo de arbitragem que inclui um pedido de indemnização de 445 milhões de euros e ainda um pedido cautelar de forma a evitar a rutura financeira da RAL - Rotas do Algarve Litoral, S.A. Havia expectativa de que este processo ficasse resolvido no decurso de 2020, no entanto, e apesar de o tribunal arbitral ter sido constituído em fevereiro de 2020, fruto da pandemia, apenas se iniciou a audição das testemunhas. Em 9 de março de 2021, o tribunal arbitral decidiu cautelarmente condenar a Infraestruturas de Portugal, S.A. ao pagamento da verba solicitada na providência cautelar. Assim, e dado tratar-se de uma questão de interesse público, a Conduril está convicta de que o processo terá uma resolução favorável até ao final de 2021.

3. Continuando a estratégia de reforço e renovação da capacidade produtiva, foi realizado um investimento superior a 32 milhões de euros em equipamento e maquinaria, dos quais cerca de 90% em Portugal. De salientar neste volume de investimento uma grua de grande porte com capacidade de 1.350 toneladas, que é essencial para os trabalhos da obra no Porto de Sines.

Malawi

Outro pilar fundamental para o crescimento e sustentação da estratégia da empresa têm sido as transformações tecnológicas encetadas ao nível dos sistemas de informação. Esta aposta tem permitido uma otimização e ganhos de produtividade ao nível da gestão, os quais têm sido induzidos por um maior controlo sobre as operações, pela automatização de algumas tarefas e pela garantia de informação célere e coesa, sem descurar o acréscimo de riscos que esta área acarreta e que a empresa procura antecipar e mitigar.

4. O ano de 2020 foi um ano particularmente desafiante que obrigou todos a reinventarem-se diariamente, com uma capacidade camaleónica de adaptação a um futuro continuamente incerto e a um presente em constante mutação. Neste cenário, o ativo já de si único que é o capital humano da Conduril demonstrou uma capacidade de adaptação, resiliência e superação ímpar.

O estímulo que a Conduril procura promover junto dos seus colaboradores no desenvolvimento das suas competências e qualificações através de inúmeras ações de formação sofreu um forte revês em 2020: as horas de formação limitaram-se a 6.400 horas em contraposição às 29.200 horas ocorridas em 2019. Em África, as instituições de ensino foram encerradas e a Conduril Academy, a academia de formação da Conduril, teve de se adaptar às circunstâncias, tentando, ainda assim, manter a proximidade com os colaboradores, mas, fruto das imposições legais no combate à pandemia, muitos dos programas de formação foram adiados.

Mais de 1.900 colaboradores encontram-se espalhados pelas várias geografias em que a Conduril opera, dos quais cerca de 75% no estrangeiro. Dada a deslocalização destes últimos, sempre foi preocupação da Conduril que se encontrasse devidamente ressalvada a sua mobilidade internacional, tendo em 2020 sido ainda mais reforçada a cobertura de seguros de proteção e assistência.

Sempre premente é também a preocupação da Conduril com os seus colaboradores na sua fase da vida de reformados, tendo para tal reforçado o Fundo de Pensões Conduril, cujo valor ascendia a 10.594.187 euros no final do ano. Este fundo é integralmente sustentado pelas contribuições da empresa e pelos rendimentos gerados pelos ativos em carteira.

5. Enquadrada na sua política de bom governo da sociedade, a Conduril, consciente da imprescindibilidade de uma adequada gestão de risco, possui uma política interna sólida de identificação, qualificação e mitigação dos riscos que podem ter um impacto negativo na concertação dos seus objetivos.

A gestão do risco na Conduril vai para além da categorização convencional do risco estratégico, financeiro e operacional, pois a empresa sabe que os riscos estão relacionados entre si e podem mudar de categoria com o tempo. Consciente de que o risco deve ser gerido e não evitado, a empresa tem um departamento afeto à sua gestão. Esta gestão assenta nos seguintes pilares:

- mitigar o risco – através da implementação de controlos e/ou mecanismos que minimizem o risco;
- transferir o risco – transferindo o risco através da realização de seguros;
- aceitação – reconhecendo formalmente a existência do risco e monitorizando o seu impacto na organização.

6. Espera-se que em 2021 se inicie uma retoma gradual da economia. Em Portugal, o plano de recuperação e resiliência prevê a realização de investimentos de elevado montante até 2026, muitos dos quais relacionados com infraestruturas ferroviárias, rodoviárias e unidades de saúde e educação.

Em África, é também esperado o investimento em diversas empreitadas de construção, assumindo aqui particular relevância os financiadores externos que atribuem linhas de crédito a projetos de cooperação e desenvolvimento.

A empresa mantém a sua área comercial centrada nas oportunidades não só nos mercados atuais, mas também em novos mercados onde tem estudado vários projetos e apresentado algumas propostas, havendo expectativas de que estas se traduzam em adjudicações num horizonte temporal próximo.

A estas perspetivas, a Conduril acrescenta a sua atual carteira de obras em execução, de valor superior a 550 milhões de euros, distribuída pelas diversas geografias onde atualmente labora. Apesar da atual incerteza em consequência da pandemia mundial de COVID-19, tendo em conta o papel do setor onde a empresa atua e o volume de obras em carteira referido anteriormente, o Conselho de Administração considera que dispõe de recursos adequados para manter a atividade, encontrando-se assegurada a continuidade das operações.

7. Outras informações:

a) A Conduril possui sucursais em Angola, Moçambique, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi, Gabão e Marrocos. Perante a inatividade da operação do Botswana há vários anos, a empresa optou por encerrar esta sucursal a 31 de dezembro de 2020.

b) Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.

c) O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é composto por 2.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de 5 euros cada.

Portugal

d) As 200.000 ações próprias detidas pela empresa não foram objeto de qualquer transação no ano.

e) Os valores mobiliários emitidos pela Conduril - Engenharia, S.A. detidos por titulares do Conselho de Administração mantiveram-se face ao exercício transato, com exceção do número de ações da acionista Maria Benedita Andrade de Amorim Martins que adquiriu em bolsa 100 ações no dia 28 de janeiro ao valor unitário de 35 euros e da acionista Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes que adquiriu em bolsa 469 e 103 ações nos dias 17 e 18 de março, respetivamente, ao preço unitário de 32 euros, 500 e 400 ações nos dias 18 e 20 de março, respetivamente, ao preço unitário de 30 euros e 500 ações no dia 27 de março ao preço unitário de 29,80 euros.

f) Os negócios ou operações entre a sociedade ou qualquer entidade por si controlada e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização são inexistentes ou assumem a natureza de transações sem especial

significado económico para qualquer das partes envolvidas e são realizadas no âmbito da atividade corrente do grupo, em condições normais de mercado para operações similares. Caso existam, os mesmos estarão sujeitos a autorização por deliberação do Conselho de Administração, respeitando o previsto no Código das Sociedades Comerciais.

8. É proposto pelo Conselho de Administração que o resultado líquido do período de 2020, no montante de 1.136.131 euros, apresente a seguinte distribuição:

- Dividendos: 540.000 euros, que correspondem a 0,30 euros por ação;
- Outras reservas: 596.131 euros.

9. Neste ano singular, o Conselho de Administração da Conduril deixa uma nota de particular apreço a todos os seus colaboradores pela dedicação e empenho demonstrados. Este reconhecimento é extensivo a todos os que apoiaram a atividade da empresa e nela depositaram confiança, nomeadamente, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio, sem esquecer os elementos dos Órgãos Sociais. Só com a colaboração de todos tem sido possível ultrapassar esta exigente jornada.

Ermesinde, 10 de março de 2021

O Conselho de Administração,

CAP.

03

DEMONSTRA-ÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	2020	2019
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	3;7	84.234.277	57.051.173
Ativos intangíveis	3;6	5.274.507	5.258.100
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3;9	2.257.550	5.543.856
Outros investimentos financeiros	3;9;19	75.786.243	91.710.938
Ativos por impostos diferidos	3;17	5.167.297	88.998
Subtotal		172.719.874	159.653.065
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3;10	12.923.051	11.465.615
Clientes	3;19	93.258.613	108.583.253
Clientes c/retenções de garantias	3;19	4.966.487	3.620.234
Estado e outros entes públicos	21	15.942.631	14.312.058
Outros créditos a receber	3;19;21	60.495.934	78.243.769
Diferimentos	3;21	711.048	421.147
Ativos financeiros detidos para negociação	3;19	1.805.766	-
Ativos não correntes detidos para venda	3;18	17.956.097	-
Caixa e depósitos bancários	3;4	6.074.637	9.264.839
Subtotal		214.134.264	225.910.915
TOTAL DO ATIVO		**386.854.139**	**385.563.980**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.044.492	3.044.492
Outras reservas		205.080.202	202.619.064
Resultados transitados		989.547	453.463
Excedentes de revalorização		2.172.444	2.708.790
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(43.194.843)	(11.097.237)
Subtotal		177.141.843	206.778.572
Resultado líquido do período		1.136.131	2.461.138
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	**3**	**178.277.974**	**209.239.710**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3;13	11.444.368	10.425.600
Financiamentos obtidos	3;8;19	57.301.161	41.497.192
Passivo por impostos diferidos	3;17	5.311.699	1.347.247
Subtotal		74.057.228	53.270.039
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	51.943.452	56.046.356
Adiantamentos de clientes	3	34.582.776	12.149.091
Estado e outros entes públicos	21	13.687.719	16.680.407
Financiamentos obtidos	3;8;19	21.588.615	24.858.703
Outras dívidas a pagar	3;21	11.156.134	12.069.095
Diferimentos	3;11;21	1.560.241	1.250.579
Subtotal		134.518.937	123.054.231
TOTAL DO PASSIVO		**208.576.165**	**176.324.270**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**386.854.139**	**385.563.980**

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2020	2019
Vendas e serviços prestados	3;12;21;22	110.964.706	146.741.149
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;9	398.199	407.312
Variação nos inventários da produção	3;10	-	-
Trabalhos para a própria entidade	3	1.616.003	1.146.133
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(30.085.139)	(35.986.774)
Fornecimentos e serviços externos	21	(57.576.514)	(53.366.410)
Gastos com pessoal	3;20;21	(34.383.553)	(36.278.386)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;19	-	132
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	(795.127)	(174.637)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor		1.671	-
Outros rendimentos	14;21	24.124.577	11.102.863
Outros gastos	14;21	(3.522.171)	(14.379.729)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**10.742.651**	**19.211.653**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(4.557.209)	(3.989.302)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**6.185.442**	**15.222.351**
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3;21	(3.258.629)	(3.815.872)
Resultado antes de impostos		**2.926.812**	**11.406.479**
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(1.790.681)	(8.945.341)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**1.136.131**	**2.461.138**
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa-mãe		1.136.131	2.461.138
Interesses que não controlam			
Subtotal		**1.136.131**	**2.461.138**
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		**0,63**	**1,37**

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		143.496.627	101.558.713
Pagamentos a fornecedores		(93.839.044)	(82.236.569)
Pagamentos ao pessoal		(30.422.568)	(30.455.883)
Caixa gerada pelas operações		19.235.015	(11.133.739)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(443.699)	(1.563.798)
Outros recebimentos/pagamentos		(10.905.462)	(3.807.529)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**7.885.853**	**(16.505.065)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(8.137.295)	(428.610)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(42.397)	(2.722.144)
Outros ativos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		276.594	-
Outros ativos		8.514	-
Juros e rendimentos similares		2.957.882	3.066.560
Dividendos		130.743	118.600
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**(4.805.958)**	**34.407**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		95.446.590	84.312.985
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(96.225.572)	(62.650.342)
Financiamentos leasings		(2.239.729)	(1.582.546)
Juros e gastos similares		(2.516.050)	(3.616.814)
Dividendos		-	(900.000)
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**(5.534.762)**	**15.563.283**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(2.454.867)	(907.376)
Efeito das diferenças de câmbio		(735.335)	(1.343.215)
Caixa e seus equivalentes no início do período		9.264.839	11.515.429
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	**4**	**6.074.637**	**9.264.839**

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Montantes expressos em EURO

		CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE										
	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2020		10.000.000	(950.000)	3.044.492	202.619.064	453.463	2.708.790	(11.097.237)	2.461.138	209.239.710		209.239.710
Aplicação do resultado do período					2.461.138				(2.461.138)	-		-
Posição em 1 de janeiro de 2020 após aplicação de resultados		10.000.000	(950.000)	3.044.492	205.080.202	453.463	2.708.790	(11.097.237)	-	209.239.710	-	209.239.710
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										-		-
Alterações de políticas contabilísticas										-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								(28.467.704)		(28.467.704)		(28.467.704)
Realização de excedente de revalorização						536.346	(536.346)			-		-
Excedentes de revalorização										-		-
Ajustamentos por impostos diferidos										-		-
Aplicação do método da equivalência patrimonial								(3.267.838)		(3.267.838)		(3.267.838)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						(263)		(362.063)		(362.326)		(362.326)
		-	-	-	-	536.084	(536.346)	(32.097.605)	-	(32.097.867)	-	(32.097.868)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									1.136.131	1.136.131	-	1.136.131
Resultado integral									1.136.131	1.136.131		1.136.131
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Subscrições de capital												
Subscrições de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2020	3	10.000.000	(950.000)	3.044.492	205.080.202	989.547	2.172.444	(43.194.842)	1.136.131	178.277.974	-	178.277.974

A Administração,

O Contabilista Certificado,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. NOTA INTRODUTÓRIA

ATIVIDADE

A Conduril - Engenharia, S.A. ("Conduril" ou "Empresa") é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835 – 4445-416 Ermesinde – Valongo, tendo como atividade principal empreitadas de engenharia civil e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

Entendemos que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

COVID-19

O surto de COVID-19 foi classificado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, tendo sido declarado estado de emergência em Portugal em 18 de março de 2020 e a partir dessa data em todos os países onde atuamos. Vive-se, assim, nos últimos meses um contexto de grande incerteza, causada direta e indiretamente pela pandemia de COVID-19. Desde o seu início que a Conduril tem vindo a acompanhar de perto todos os desenvolvimentos relacionados com a doença, implementando de forma prudente as medidas que considera adequadas em função das recomendações emanadas pelas autoridades internacionais relevantes e pelos organismos competentes dos países em que opera. O impacto da pandemia na atividade da Empresa foi sentido, essencialmente, ao nível de algumas paragens/suspensões de produção, assim como nos encargos associados às medidas necessárias tomadas no âmbito da segurança no trabalho. Adicionalmente, a Empresa aderiu a planos de moratória em alguns financiamentos bancários ao abrigo dos planos de apoio económico de combate aos impactos económico-sociais da pandemia provocada pela doença COVID-19.

A Administração da Conduril garantiu a elaboração dos planos de ação de contingência e de prevenção considerados necessários e adequados, de forma a antecipar e mitigar os efeitos adversos e os impactos económicos e financeiros nas suas atividades. Estes planos têm sido constantemente revistos e atualizados, tendo em conta a evolução da pandemia e dos seus efeitos em cada uma das geografias em que a Conduril está presente. Tendo em conta os factos ocorridos até ao momento, apesar de os próximos meses continuarem incertos quanto à situação epidemiológica e às medidas governamentais implementadas e a implementar nos vários países, não se estima que os impactos da pandemia possam colocar em causa a continuidade das operações da Conduril. No entanto, nesta fase, dada a incerteza da duração da pandemia, não é possível quantificar o seu impacto nas demonstrações financeiras, mas a Conduril espera ultrapassar este cenário retomando progressivamente a implementação da sua estratégia, por forma a assegurar, tão rápido quanto possível, o retorno aos níveis de crescimento e rentabilidade esperados.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de ativos, passivos, rendimentos e gastos. A Empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, em separado.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 6 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

B. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas no presente período correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	4 – 50
Equipamento básico	3 – 30
Equipamento de transporte	4 – 12
Equipamento administrativo	3 – 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 20

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

C. GOODWILL

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como rendimentos na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda

na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis.

D. LOCAÇÕES

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

E. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de rendimentos ou gastos do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal (não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor na data de aquisição). É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

F. INTEGRAÇÃO DE SUCURSAIS

A informação contabilística das sucursais onde a Empresa desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Gabão, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato da Empresa, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas mensalmente como variações de capitais próprios.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

G. IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES (EXCETO *GOODWILL*)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

H. GASTOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

I. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

J. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor e, portanto, que a dívida devesse ser mensurada utilizando o método do juro efetivo.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Não existem situações onde a aplicação do método do custo amortizado tenha um impacto materialmente relevante na mensuração, quando comparado com o valor nominal.

iii. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal, sendo o efeito da utilização do método do juro efetivo considerado imaterial.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Ações próprias
As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vi. Letras descontadas e contas a receber cedidas em *factoring*
A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a Empresa retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "*Factoring* sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

vii. Caixa e equivalentes de caixa
Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

K. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos

seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

L. PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber","Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

M. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

N. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

O. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio" e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

P. COMPLEMENTOS DE REFORMA

A Empresa assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Empresa criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method", utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

Q. RÉDITO

A Empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 – Contratos de construção, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Diferimentos".

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, a Empresa reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos de participações registadas ao custo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

R. GASTOS COM A PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

S. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas pela própria Empresa, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

T. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

U. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras, foi baseada no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

B. MOEDA ESTRANGEIRA

No reconhecimento inicial, as transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período. Os itens não monetários que sejam mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2020		2019	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar Americano	Euro	0,81493	n/a	0,89015	n/a
Dirham Marroquino	Euro	0,09145	0,09220	0,09290	0,09278
Pula Botswana	Euro	0,07540	0,07601	0,08400	0,08309
Metical Moçambicano	Euro	0,01087	0,01242	0,01451	0,01430
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha Zâmbia	Euro	0,03852	0,04667	0,06336	0,06875
Kwacha Malawi	Euro	0,00105	0,00117	0,00121	0,00121
Kwanza Angolano	Euro	0,00125	0,00146	0,00180	0,00234
Rand Sul Africano	Euro	0,05549	n/a	0,06376	n/a
Dólar Namibiano	Euro	0,05427	n/a	0,06370	n/a
Dólar Zimbabuano	Euro	0,00995	0,01568	0,05320	0,05688

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

A. IMPARIDADE DOS ATIVOS

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada da Empresa, bem como nas expectativas futuras. A Empresa considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

B. VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis e intangíveis são revistas em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com a sua localização.

C. RÉDITO E CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O rédito dos contratos de construção em curso é reconhecido com base no método da percentagem de acabamento do contrato. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa relevante que assenta na previsão dos gastos a incorrer até à conclusão do contrato. Este processo é assente em análises técnicas efetuadas por técnicos.

D. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

As provisões são reconhecidas após análise dos técnicos de forma a apurar a existência de uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, um provável exfluxo de recursos. Esta estimativa é igualmente suportada com base na opinião dos advogados e consultores da Empresa.

E. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas com base em avaliações atuariais efetuadas por peritos externos. No apuramento da responsabilidade são incluídos pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Face ao exposto, não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, consequentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de "Caixa e seus equivalentes" encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica "Caixa e depósitos bancários"

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	20.163	224.989
Depósitos à ordem	5.122.090	8.107.466
Depósitos a prazo	932.384	932.384
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	**6.074.637**	**9.264.839**

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

A. Total de remunerações: 1.288.695 euros (2019: 1.334.593 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

A. Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	País	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Botswana	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
Gabão	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,00
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	Zimbabué	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcántara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
ASSOCIADAS:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	Portugal	20,11	21,85
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) *Chairman*			
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) – CEO			
Dr.ª Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente da Comissão Executiva)			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino			
Eng.º Jorge Lúcio Teixeira Castro			
Eng.º Miguel José Alves Montenegro Andrade			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	Angola	-	-

B. Transações e saldos pendentes:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2020:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.173.538	-	-	6.265.664
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.641.066	100.966	-	518.428
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	828.711	-	-	-
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	362.450	24.462	-	6.226
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	757.894	338.373	-	544.192
	10.763.659	463.801	-	7.334.510
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	5.898.752	-	336.000	497.963
Edirio - Construções, S.A.	4.153.260	3.276.797	437.960	-
Métis Engenharia, Lda.	8.889.780	8.046.567	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	7.625.539	5.980.694	-	-
Urano, Lda.	2.389.461	2.254.331	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	330.292	241.518	-	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	55.745	96.130	-	-
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	1.538.618	-	-	-
	30.881.447	19.896.037	773.960	497.963
ASSOCIADAS:				
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.516	-	20.000	-
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	-	20.000	-
	28.821.302	-	40.000	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
UTE Alcántara - Garrovillas	1.220.412	-	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	1.530	529.806	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	70.496	-	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	18.717	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	3.087.317	-	-	-
	4.379.755	548.523	-	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:		
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	27.074	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	-	-
	27.074	-
SUBSIDIÁRIAS:		
Edirio - Construções, S.A.	476.080	1.776.313
Métis Engenharia, Lda.	431.258	934.459
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	820.140	765.187
Urano, Lda.	63.861	1.151.058
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	5.525	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	22.965	216.931
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	114.792	-
	1.934.621	4.843.948
ASSOCIADAS:		
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	-	-
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	-	-
	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
UTE Alcántara - Garrovillas	624	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	141.946	2.019.544
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	234.556	65.700
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	205.294
Mugige Vinhos, Lda.	1.922.415	21.872
	2.299.541	2.312.410

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

Em 31 de dezembro de 2019:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.178.477	-	-	6.265.664
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.647.044	100.966	-	518.428
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	828.503	-	-	-
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	293.526	24.462	-	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	680.293	338.373	-	401.171
	10.627.843	463.801	-	7.185.263
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	5.897.107	-	336.000	495.585
Edirio - Construções, S.A.	3.286.561	2.504.874	231.310	-
Métis Engenharia, Lda.	13.211.353	13.250.020	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	8.513.049	7.538.012	-	-
Urano, Lda.	2.797.430	2.718.352	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	87.790	152.732	-	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	73.098	136.796	-	-
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	230.772	1.356.053	-	-
	34.097.160	27.656.839	567.310	495.585
ASSOCIADAS:				
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.516	-	20.000	-
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.396.123	-	20.000	-
	28.804.639	-	40.000	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
UTE Alcántara - Garrovillas	1.134.094	-	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	8.502	922.242	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	391.351	209.016	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	6.506	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	1.737.090	-	-	-
	3.271.037	1.137.764	-	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:		
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	13.284	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	325.045	-
	338.329	-
SUBSIDIÁRIAS:		
Edirio - Construções, S.A.	168.167	1.727.774
Métis Engenharia, Lda.	1.855.089	1.157.113
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	230.507	880.613
Urano, Lda.	426.141	1.504.867
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	9.757	70.250
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	14.114	127.196
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	118.443	-
	2.822.218	5.467.813
ASSOCIADAS:		
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	-	-
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	-	-
	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
UTE Alcántara - Garrovillas	29.293	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	187.376	68.618
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	95.241	2.383
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	23.224
Mugige Vinhos, Lda.	2.260.500	-
	2.572.410	94.225

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

A. As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS INTANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Investigação e desenvolvimento	6	16,67%
Programas de computador	6	16,67%
Direitos de superfície	60	1,66%
Outros ativos intangíveis	6	16,67%

B. Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base a respetiva vida útil esperada.

C. Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31.12.2020		31.12.2019	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Investigação e desenvolvimento	27.740	1.571	-	-
Programas de computador	107.312	96.528	100.862	89.295
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Direitos de superfície	5.814.545	624.112	5.814.545	615.133
Outros ativos intangíveis	2.006	2.006	2.006	2.006
TOTAL	**5.998.724**	**724.217**	**5.964.534**	**706.434**

D. O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	31.12.2020	31.12.2019
Investigação e desenvolvimento	1.571	-
Programas de computador	1.669	1.577
Direitos de superfície	8.979	14.579
TOTAL	**12.219**	**16.156**

E. Os movimentos na rubrica "Ativos intangíveis" durante 2020 e 2019 são os que se seguem:

	2020					
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	*SOFTWARE*	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2019	-	5.814.545	100.862	47.121	2.006	5.964.534
Adições	27.740	-	6.450	-	-	34.190
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	27.740	5.814.545	107.312	47.121	2.006	5.998.724
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2019	-	615.133	89.295	-	2.006	706.434
Adições	1.571	8.979	1.669	-	-	12.219
Transf. e abates	-	-	5.564	-	-	5.564
Saldo em 31.12.2020	1.571	624.112	96.528	-	2.006	724.217
VALOR LÍQUIDO	**26.169**	**5.190.433**	**10.784**	**47.121**	**-**	**5.274.507**

	2019				
	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	*SOFTWARE*	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:					
Saldo em 31.12.2018	5.801.426	94.267	47.121	2.006	5.944.820
Adições	13.119	6.595	-	-	19.714
Transf. e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	5.814.545	100.862	47.121	2.006	5.964.534
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:					
Saldo em 31.12.2018	600.149	87.718	-	1.727	689.594
Adições	14.579	1.577	-	-	16.156
Transf. e abates	405	-	-	279	684
Saldo em 31.12.2019	615.133	89.295	-	2.006	706.434
VALOR LÍQUIDO	**5.199.412**	**11.567**	**47.121**	**-**	**5.258.100**

7. ATIVOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

A. Bases de mensuração:
Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

B. Método de depreciação usado:
A Empresa amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

C. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:
As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	4 – 50	2% – 25%
Equipamento básico	3 – 30	3,33% –33,33%
Equipamento de transporte	4 – 12	8,33% – 25%
Equipamento administrativo	3 – 25	4% – 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 20	5% – 25%

D/E. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	2020							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2019	2.622.286	25.456.405	84.209.149	23.444.616	1.998.671	1.515.708	18.560.201	157.807.036
Adições	-	1.027.427	25.644.881	3.539.280	117.664	175.743	1.657.629	32.162.625
Alienações	-	(34.335)	(3.379.868)	(168.244)	(6.397)	-	-	(3.588.844)
Transf. e abates	-	-	(31.885)	(6.056)	-	(9.625)	(315)	(47.882)
Saldo em 31.12.2020	2.622.286	26.449.497	106.442.277	26.809.596	2.109.938	1.681.826	20.217.515	186.332.935
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2019	-	17.111.479	62.361.007	18.614.844	1.665.086	1.003.447	-	100.755.863
Adições	-	523.352	3.109.124	729.929	47.365	135.220	-	4.544.991
Alienações	-	(4.464)	(3.043.920)	(127.603)	(3.247)	-	-	(3.179.233)
Transf. e abates	-	-	(30.671)	3.338	7.339	(2.967)	-	(22.961)
Saldo em 31.12.2020	-	17.630.367	62.395.540	19.220.508	1.716.543	1.135.700	-	102.098.658
VALOR LÍQUIDO	**2.622.286**	**8.819.130**	**44.046.737**	**7.589.088**	**393.395**	**546.126**	**20.217.515**	**84.234.277**

	2019							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2018	2.622.286	24.687.177	80.460.873	23.354.713	1.900.615	1.376.165	18.158.912	152.560.741
Adições	-	5.303	5.363.001	1.668.471	98.056	139.543	1.350.682	8.625.056
Alienações	-	-	(1.628.798)	(1.564.528)	-	-	-	(3.193.326)
Transf. e abates	-	763.925	14.073	(14.040)	-	-	(949.393)	(185.435)
Saldo em 31.12.2019	2.622.286	25.456.405	84.209.149	23.444.616	1.998.671	1.515.708	18.560.201	157.807.036
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2018	-	16.631.639	61.328.618	19.587.300	1.623.626	848.517	-	100.019.700
Adições	-	479.840	2.669.543	622.757	46.076	154.930	-	3.973.146
Alienações	-	-	(1.484.485)	(1.581.173)	(4.616)	-	-	(3.070.274)
Transf. e abates	-	-	(152.669)	(14.040)	-	-	-	(166.709)
Saldo em 31.12.2019	-	17.111.479	62.361.007	18.614.844	1.665.086	1.003.447	-	100.755.863
VALOR LÍQUIDO	**2.622.286**	**8.344.926**	**21.848.142**	**4.829.772**	**333.585**	**512.261**	**18.560.201**	**57.051.173**

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2020	31.12.2019
Edifícios e outras construções	1.653.799	963.089
Equipamento básico	3.830	387.593
Equipamento de transporte	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-
TOTAL	**1.657.629**	**1.350.682**

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIAÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS 2020	DEPRECIAÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS 2019
Edifícios e outras construções	523.352	479.840
Equipamento básico	3.109.124	2.669.543
Equipamento de transporte	729.929	622.757
Equipamento administrativo	47.365	46.076
Outros ativos fixos tangíveis	135.220	154.930
TOTAL	**4.544.990**	**3.973.146**

7.4. Depreciação acumulada no final do período

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	31.12.2020	31.12.2019
Edifícios e outras construções	17.630.367	17.111.479
Equipamento básico	62.395.540	62.361.007
Equipamento de transporte	19.220.508	18.614.844
Equipamento administrativo	1.716.543	1.665.086
Outros ativos fixos tangíveis	1.135.700	1.003.447
TOTAL	**102.098.658**	**100.755.863**

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica "Investimentos em curso", em 31 de dezembro de 2020 e 2019, referem-se aos seguintes projetos:

	31.12.2020	31.12.2019
Edifícios e outras construções	20.213.685	18.559.886
Equipamento básico	-	-
Equipamento de transporte	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	3.830	315
TOTAL	**20.217.515**	**18.560.201**

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

2020	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	76.093.805	34.029.933	42.063.872
Angola	82.576.836	51.146.484	31.430.352
Moçambique	11.501.338	5.662.673	5.838.665
Marrocos	68.482	68.482	-
Botswana	60.163	60.163	-
Cabo Verde	4.476	2.834	1.642
Zâmbia	11.150.762	8.250.114	2.900.648
Malawi	3.405.430	1.661.812	1.743.618
Gabão	1.471.643	1.216.163	255.480
TOTAL	**186.332.935**	**102.098.658**	**84.234.277**

2019	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	49.038.866	32.590.728	16.448.138
Angola	82.556.598	50.938.259	31.618.339
Moçambique	10.471.000	4.925.526	5.545.474
Marrocos	1.511.896	1.511.896	-
Botswana	60.163	48.647	11.516
Cabo Verde	4.476	2.834	1.642
Zâmbia	10.917.143	8.279.699	2.637.444
Malawi	1.775.252	1.383.560	391.692
Gabão	1.471.642	1.074.714	396.928
TOTAL	**157.807.036**	**100.755.863**	**57.051.173**

8. LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras - Locatários

A. Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31.12.2020	31.12.2019
Edifícios e outras construções	151.875	-
Equipamento básico	17.255.608	4.178.738
Equipamento de transporte	4.990.923	2.618.762
TOTAL	**22.398.406**	**6.797.500**

B. Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31 de dezembro de 2020 e 2019 e o seu valor presente:

	31.12.2020	31.12.2019
Pagamentos mínimos até 1 ano	5.366.152	1.982.108
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	17.568.642	4.226.871
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
TOTAL DE PAGAMENTOS MÍNIMOS	**22.934.794**	**6.208.979**
Pagamento de juros futuros	465.950	106.959
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	**22.468.844**	**6.102.020**

C. Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Não mais de 1 ano	5.366.152	1.982.108	5.168.492	1.932.060
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	17.568.642	4.226.871	17.300.352	4.169.960
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	**22.934.794**	**6.208.979**	**22.468.844**	**6.102.020**

9. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

9.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica "Participações financeiras – método da equivalência patrimonial"

	31.12.2020	31.12.2019
Subsidiárias	2.257.550	4.792.395
Entidades conjuntamente controladas	-	40.671
Associadas	-	710.789
TOTAL	**2.257.550**	**5.543.856**

9.2. Empresas subsidiárias

A. Listagem e descrição das empresas subsidiárias:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Edirio - Construções, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Equivalência patrimonial
Urano, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00%	Equivalência patrimonial

B. Quantia escriturada e dados sobre as entidades:

31.12.2020 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	5.065.709	(497.963)	(2.378)
Edirio - Construções, S.A.	-	4.697.145	274.540	(206.651)
Métis Engenharia, Lda.	1.051.152	10.309.482	4.111.668	270.258
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	357.095	13.651.575	357.097	(55.762)
Urano, Lda.	407.910	3.749.890	1.657.293	221.267
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	279.598	1.214.598	361.598	5.503
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	34.353	165.219	34.353	(16.722)
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	127.442	2.571.816	127.442	360.402
TOTAL	**2.257.550**			

31.12.2019 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	5.066.751	(495.585)	(1.205)
Edirio - Construções, S.A.	-	3.611.898	481.190	(382.931)
Métis Engenharia, Lda.	2.467.579	16.369.499	5.542.402	283.374
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	572.875	14.741.947	572.875	380.099
Urano, Lda.	827.182	5.292.352	2.260.658	300.400
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	274.095	940.939	356.095	(10.727)
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	51.075	175.745	51.075	1.075
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	599.590	4.200.921	599.590	628.763
TOTAL	**4.792.395**			

Em 2019, foram constituídas duas novas sociedades detidas a 100% pela Conduril - Engenharia, S.A.

Relacionado com estas participações encontram-se registados, em 2020, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	336.000	336.000
Edirio - Construções, S.A.	712.500	437.960
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	12.068	-
Métis Engenharia, Lda.	3.049.838	-
Urano, Lda.	1.259.118	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	82.000	-
TOTAL	**5.451.524**	**773.960**

9.3. Empreendimentos conjuntos

A. Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Tecnovia

B. Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

31.12.2020 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	12.407.607	(18.798.872)	135.332
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	-	8.818.385	(1.036.855)	(42.050)
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	-	3.872.077	(37.350)	(281.328)
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	1.327.837	(3.046.988)	(800.748)
TOTAL		**-**			

31.12.2019 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	12.407.607	(18.798.872)	135.332
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	-	8.818.385	(1.036.855)	(42.050)
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	40.671	3.929.418	243.980	(289.841)
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	923.493	(2.246.197)	(5.589.899)
TOTAL		**40.671**			

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE, Groupement Túnel de Nador, Construção ACE e Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE. Estes agrupamentos não têm atividade relevante, pelo que o Conselho de Administração considera que não existem impactos relevantes relacionados com estas participações.

C. Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo sendo a quantia escriturada ajustada pelo valor correspondente à proporção detida nos resultados líquidos, pelos dividendos recebidos e variação do capital próprio.

9.4. Associadas

A. Listagem e descrição das associadas:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	23,64%	Equivalência patrimonial
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial

B. Quantia escriturada e dados sobre as entidades:

31.12.2020 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	172.507.587	(13.076.916)	(14.144.068)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	-	2.324.331	(31.233)	(662.054)
TOTAL	**-**			

31.12.2019 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	176.237.035	(3.226.340)	(10.936.496)
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	-	326.818.452	(16.308.301)	4.922.123
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	547.581	2.641.830	1.642.907	793.496
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	163.208	2.799.062	489.674	(345.790)
TOTAL	**710.789**			

Os ativos relacionados com as participadas SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A. e Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. foram classificados em dezembro de 2020 na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda" (Nota 18).

Relacionado com as participações em associadas encontram-se registados, em dezembro de 2020, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.412.786	40.000
TOTAL	**11.412.786**	**40.000**

9.5. Rendimentos/Perdas em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

RENDIMENTOS/PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31.12.2020	31.12.2019
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(530.051)	(1.577.813)
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	852.515	1.734.872
Eliminação de rendimentos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	238.658	251.141
Eliminação de gastos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	(888)	(888)
Provisões para perdas em empresas do grupo (Nota 13)	(162.035)	-
TOTAL	**398.199**	**407.312**

10. INVENTÁRIOS

10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2020	31.12.2019
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.666.785	12.199.703
Mercadorias	-	9.646
Produtos acabados e intermédios	129.375	129.375
	13.796.159	12.338.724
Perdas por imparidade	(873.109)	(873.109)
TOTAL	**12.923.051**	**11.465.615**

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Inventário inicial	9.646	9.646	11.326.594	11.592.168
Perdas por imparidade em existências	-		-	
Compras	-		31.552.221	35.721.200
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	
Inventário final	(9.646)	(9.646)	(12.793.676)	(11.326.594)
GASTO DO PERÍODO	**-**	**-**	**30.085.139**	**35.986.774**

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Inventário inicial	129.375	129.375	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Inventário final	(129.375)	(129.375)	-	-
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	**-**	**-**	**-**	**-**

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2020	31.12.2019
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
TOTAL	**-**	**-**

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2019	873.109
Reforço	-
Reversão	-
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2020	**873.109**

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2018	873.109
Reforço	-
Reversão	-
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2019	**873.109**

11. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era como se segue:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2020	RÉDITO DE 2019
Contratos de construção	110.102.975	143.931.123
TOTAL	**110.102.975**	**143.931.123**

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato (metodologia mais utilizada);
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

31.12.2020	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	346.675.072	461.375.472	27.960.078	1.925.954
TOTAL	**346.675.072**	**461.375.472**	**27.960.078**	**1.925.954**

31.12.2019	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	227.251.912	297.574.025	4.334.241	967.961
TOTAL	**227.251.912**	**297.574.025**	**4.334.241**	**967.961**

12. RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

A. VENDAS – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

B. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

C. JUROS – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

D. DIVIDENDOS – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2020	31.12.2019
Vendas de bens	-	2.434
Prestações de serviços	110.964.706	146.738.716
Juros	2.805.942	2.693.455
Dividendos	127.917	118.586
TOTAL	**113.898.565**	**149.553.190**

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	REGULARIZAÇÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	2.739.626	517.906	(90.076)	28.192	3.195.648
Outras provisões	5.126	406.074	(38.776)	33.413	405.837
	2.744.752	923.980	(128.852)	61.605	3.601.485
Investimentos financeiros (Nota 9)	7.680.848	162.035	-	-	7.842.883
TOTAL	**10.425.600**	**1.086.015**	**(128.852)**	**61.605**	**11.444.368**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	REGULARIZAÇÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	2.416.744	614.869	(291.987)	-	2.739.626
Outras provisões	153.286	5.127	(153.372)	85	5.126
	2.570.030	619.996	(445.359)	85	2.744.752
Investimentos financeiros (Nota 9)	9.043.386	25.370	(1.387.908)	-	7.680.848
TOTAL	**11.613.416**	**645.366**	**(1.833.267)**	**85**	**10.425.600**

As provisões para investimentos financeiros referem-se a empresas subsidiárias no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial, nomeadamente, o Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE, Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A., o Groupement Túnel de Nador, Construção ACE, RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE, RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE e Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso a Empresa está convicta de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo gabinete jurídico interno da Conduril, assim como pelos seus consultores jurídicos.

No que respeita aos processos fiscais, existem processos decorrentes de impugnações judiciais interpostas pela Conduril relativas a liquidações adicionais em sede de IRC (2011, 2012 e 2014) sendo entendimento da Empresa, com base em pareceres dos seus assessores fiscais, que o desfecho se espera favorável, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras.

13.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 118.921.974 euros (em 31 de dezembro de 2019 o montante ascendia a 80.483.265 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

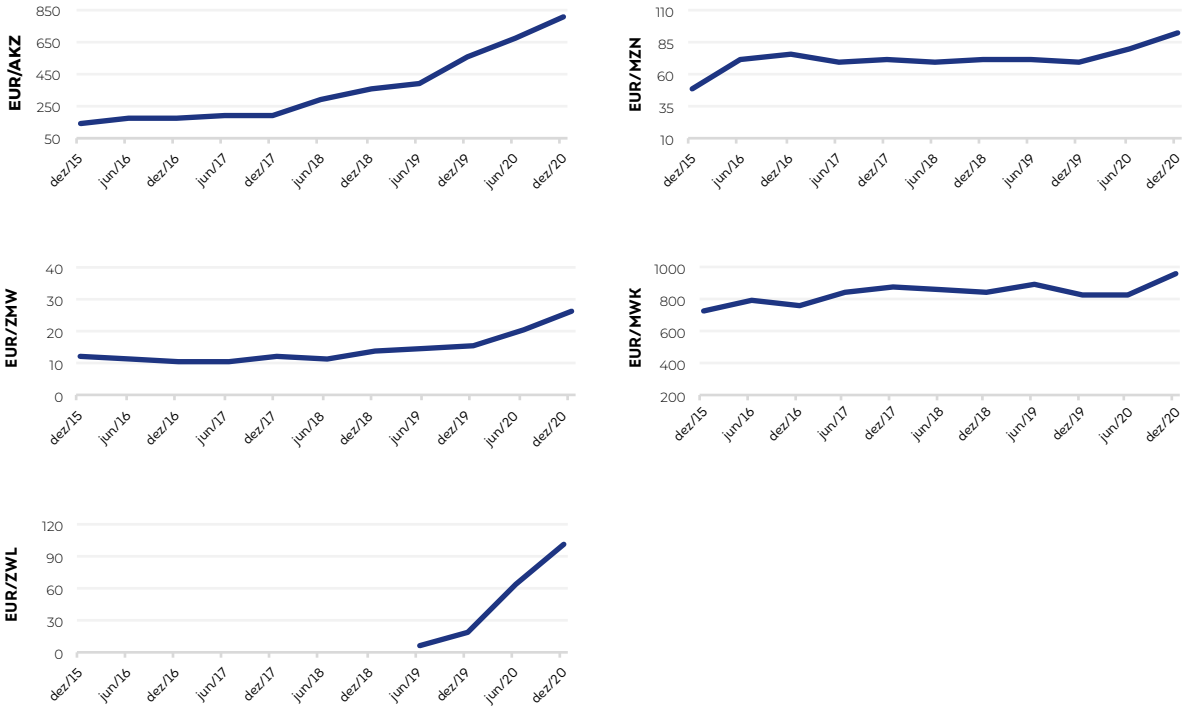
13.4. Gestão de riscos financeiros

A. PRINCÍPIOS GERAIS

Dos vários tipos de risco que uma empresa enfrenta, os riscos financeiros são os que têm impacto mais imediato nos fluxos de caixa e nos seus resultados. A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar os efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

B. RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

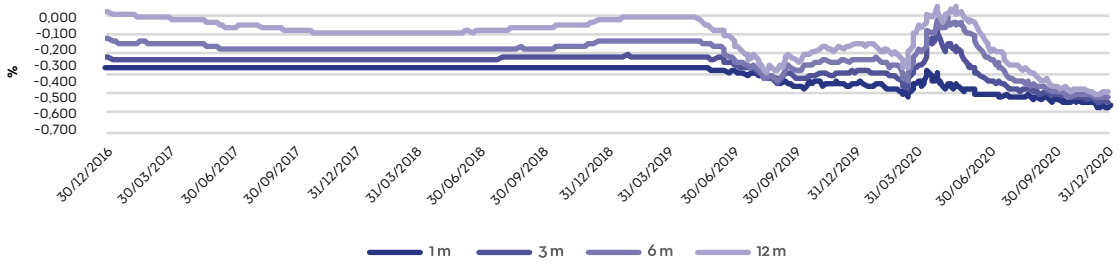
Estando a atividade da Conduril localizada em Portugal e África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi, Gabão e Zimbabué), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas Kwanza, Metical, Kwacha Zâmbia, Kwacha Malawi e Dólar Zimbabuano face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.



C. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. Tendo em conta as perspetivas de evolução da taxa de juro, temos apenas uma pequena parte do endividamento da Empresa indexado a uma cobertura da taxa de juro. Estamos permanentemente atentos a este assunto de forma a podermos tomar, atempadamente, as medidas necessárias para reduzir o impacto desta variável nos financiamentos da Conduril.

Evolução da Taxa Euribor



D. RISCO DE CRÉDITO

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

i. avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos. Para esta avaliação contamos também com o recurso a entidades de informação e perfis de risco de crédito disponíveis no mercado;

ii. limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;

iii. monitorização da evolução do nível de crédito concedido;

iv. realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

E. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente. Em 2020, dada a incerteza acrescida que a COVID-19 trouxe aos mercados financeiros, a Conduril, de forma cautelar, optou por aderir ao regime de moratória em alguns financiamentos e contratou linhas adicionais no âmbito dos apoios COVID-19.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- Liquidez - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimentos;

- Segurança - minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e

- Eficiência financeira - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. É regra da Empresa contratualizar essas facilidades sem qualquer contra garantia.

14. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2020	31.12.2019
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	1.101.882	11.000.415
TOTAL	**1.101.882**	**11.000.415**
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	12.401.259	2.419.830
TOTAL	**12.401.259**	**2.419.830**

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2019	(13.794.135)
Diferença câmbio desfavorável	(31.782.579)
Diferença de câmbio favorável	-
SALDO A 31.12.2020	**(45.576.714)**

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2018	(9.974.400)
Diferença câmbio desfavorável	(3.819.735)
Diferença de câmbio favorável	-
SALDO A 31.12.2019	**(13.794.135)**

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 10 de março de 2021. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual da Empresa evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2020, a Empresa incorreu em gastos que ascenderam a 188.139 euros (no período homólogo ascenderam a 97.227 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, a Empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	188.139
TOTAL	**188.139**

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	2.762.858	8.987.938
	2.762.858	**8.987.938**
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(972.177)	(42.597)
	(972.177)	**(42.597)**
GASTOS COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	**1.790.681**	**8.945.341**

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2020	31.12.2019
Resultado antes de impostos	2.926.812	11.406.479
Gasto com impostos sobre o rendimento	1.790.681	8.945.341
Taxa efetiva de imposto	61,18%	78,42%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal; em Angola, 30% em 2019 e 25% em 2020)	**1.081.512**	**3.365.860**
AJUSTAMENTOS:		
Taxas diferenciadas de imposto e efeito dupla tributação	875.886	379.902
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(110.356)	156.759
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis	7.191	-
Gastos não aceites como custo fiscal	452.155	3.555.204
Provisões não aceites como gasto	96.118	7.833
Reversão de provisões não tributadas	5.990	-
Restituição / Insuficiência de impostos	(60.829)	-
Outros rendimentos não tributados	(2.954.393)	(3.859.857)
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(232.693)	(206.300)
Prejuízos fiscais gerados no período	5.058.845	2.770.578
Tributações autónomas	427.949	456.894
Impostos diferidos decorrentes de períodos anteriores	(1.356.625)	(42.597)
Diferenças de câmbio não tributadas	(1.452.022)	1.884.158
Outros	(48.047)	476.907
	709.169	5.579.481
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	**1.790.681**	**8.945.341**

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nos termos artigo 54º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2020, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-
Gastos não aceites	88.998		5.101.204	(22.905)	5.167.297
TOTAL	**88.998**	**-**	**5.101.204**	**(22.905)**	**5.167.297**

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	896.981	-	-	(154.657)	742.324
Rendimento a tributar	88.998	-	4.194.653	-	4.283.651
Depreciações não aceites	361.268	(141.670)	74.085	(7.959)	285.724
TOTAL	**1.347.247**	**(141.670)**	**4.268.738**	**(162.616)**	**5.311.699**

A 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Prejuízos fiscais	-	-	88.998	-	88.998
TOTAL	**-**	**-**	**88.998**	**-**	**88.998**

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	940.757	-	-	(43.776)	896.981
Rendimento a tributar	-	-	88.998	-	88.998
Depreciações não aceites	416.171	(56.083)	1.180	-	361.268
TOTAL	**1.356.928**	**(56.083)**	**90.178**	**(43.776)**	**1.347.247**

18. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

18.1. Ativos não correntes detidos para venda

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos não correntes detidos para venda discriminam-se como se segue:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	31.12.2020	31.12.2019
Ativos da SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.		
Participação	-	-
Empréstimo	17.408.516	-
Ativos da Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.		
Participação	547.581	-
TOTAL	**17.956.097**	**-**

31.12.2020 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	-	297.009.240	8.716.135	5.494.263
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	547.581	3.715.121	2.336.006	971.448
TOTAL	**547.581**			

Em dezembro de 2020, a Conduril celebrou um acordo de venda das participações da SPER e da Planestrada. A transação está dependente de diversas condições precedentes, estando a sua conclusão prevista para o final do primeiro semestre de 2021.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade são mensurados ao justo valor.

A Empresa não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

19.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2020		31.12.2019	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	93.258.613	-	108.583.253	-
Clientes, c/garantias	4.966.487	-	3.620.234	-
Clientes de cobrança duvidosa	1.983.727	(1.983.727)	2.045.632	(2.045.632)
TOTAL	**100.208.827**	**(1.983.727)**	**114.249.119**	**(2.045.632)**

19.3. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Financiamentos obtidos" tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2020	31.12.2019
Contas caucionadas	6.968.929	8.567.902
Empréstimos bancários	22.606.226	27.246.701
Papel comercial	23.300.000	20.800.000
Locações financeiras	22.468.844	6.102.020
Factoring	-	774.442
Descobertos bancários contratados	3.545.777	2.864.830
TOTAL	**78.889.776**	**66.355.895**

Adicionalmente, a maturidade em 31 de dezembro de 2020 detalha-se como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	6.968.929	-
Empréstimos bancários	1.169.613	21.436.613
Papel comercial	2.800.000	20.500.000
Locações financeiras	7.104.296	15.364.548
Factoring	-	-
Descobertos bancários contratados	3.545.777	-
TOTAL	**21.588.615**	**57.301.161**

19.4. Participações financeiras registadas ao custo e outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2020			31.12.2019		
	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	11.412.786	(40.000)	-	11.396.123	(20.000)
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	-	-	-	-	17.408.516	(20.000)
Garval	1.682	-	-	1.682	-	-
Lisgarante	1.682	-	-	1.682	-	-
Norgarante	18.877	-	-	18.877	-	-
BAI - Banco Africano Investimento	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	2.405	-	-	76.815	-	-
Edirio - Construções, S.A.	-	712.500	(437.960)	-	712.500	(231.310)
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	336.000	(336.000)	-	336.000	(336.000)
Métis Engenharia, Lda.	-	3.049.838	-	-	3.049.838	-
Urano, Lda.	-	1.259.118	-	-	1.259.118	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	-	82.000	-	-	82.000	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	12.068	-	-	16.118	-
Títulos de dívida pública – não corrente	59.311.609	-	-	57.578.234	-	-
Títulos de dívida pública – corrente	1.805.766	-	-	-	-	-
Outros – FCT	58.263	-	-	39.370	-	-
TOTAL	**61.541.659**	**16.864.310**	**(813.960)**	**58.058.035**	**34.260.213**	**(607.310)**
Outros Investimentos Financeiros não correntes		75.786.243			91.710.938	
Outros Investimentos Financeiros correntes		1.805.766			-	

19.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

A. Rendimentos de juros para ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2020	31.12.2019
Depósitos bancários e títulos	2.805.829	2.693.237
Outros	113	218
TOTAL	**2.805.942**	**2.693.455**

B. Gastos de juros para passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2020	31.12.2019
Financiamentos	2.545.911	3.310.602
Locações financeiras	94.478	37.664
Outros	1.567	2.866
TOTAL	**2.641.956**	**3.351.132**

19.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, a Empresa conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2020		
	REFORÇO	REVERSÕES	UTILIZAÇÃO
Clientes	-	-	(61.788)
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**(61.788)**

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2019		
	REFORÇO	REVERSÕES	UTILIZAÇÃO
Clientes	-	(132)	(112.113)
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	**-**	**(132)**	**(112.113)**

19.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2020, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

19.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2020, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

20. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

20.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2020, existiam 123 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2020, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2020	31.12.2019
Custo dos serviços correntes	397.587	291.648
Custo juros	289.115	326.036
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Retorno dos ativos	-	-
Outras variações	-	-
TOTAL	**686.702**	**617.684**

Em 31 de dezembro de 2020, estamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 3.038.863 euros. O aumento das responsabilidades está associado ao impacto da alteração de alguns dos pressupostos, nomeadamente, taxa de juro e taxa de crescimento salarial. Este montante encontra-se registado na rubrica "Credores por acréscimo de gastos". As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de capital próprio, "Ajustamentos/Outras variações de capital próprio", no montante de 3.113.050 euros (2019: 2.518.271 euros).

Pressupostos utilizados no estudo atuarial de 2020 e 2019:

	PRESSUPOSTOS 2020	PRESSUPOSTOS 2019
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	*Swiss Re* 2001	*Swiss Re* 2001
Idade normal de reforma	66-70 anos	66-70 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	curva *swap* a 31/12/2020 acrescida de 2,25% p.p.	curva *swap* a 31/12/2019 acrescida de 2,25% p.p.
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Participantes	337	324
Beneficiários	123	123

20.2. Benefícios caráter social

A 31 de dezembro de 2020, os gastos relacionados com atividade da Conduril Academy (centro credenciado pelos organismos que tutelam a formação profissional nos países onde atua) que são financiados na sua totalidade pela Conduril resumem-se como se segue:

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2020
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar)	53.232
Bolsas Estudo Conduril Ensino Superior	182.507
Formação Técnico Profissional	45.626
Formação Humana e Cultural	15.209
Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais	7.604
TOTAL	**304.178**

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2019
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar)	246.962
Formação Técnico Profissional	172.873
Formação Humana e Cultural	24.696
RVCCP (Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais)	49.393
TOTAL	**493.924**

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2020	31.12.2019
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	282	1.097
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10.459.981	9.296.258
Contribuições para a Segurança Social	1.524	9.618
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	3.328.801	3.016.483
Outras tributações	2.152.043	1.988.602
TOTAL	**15.942.631**	**14.312.058**

PASSIVO	31.12.2020	31.12.2019
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	568.363	578.270
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.572.045	6.992.905
Contribuições para a Segurança Social	734.199	548.284
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	5.557.065	8.226.004
Outras tributações	256.047	334.944
TOTAL	**13.687.719**	**16.680.407**

21.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2020 e 2019 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2020	31.12.2019
Mercado interno	60.616.462	53.309.785
Mercado externo	50.348.244	93.431.364
TOTAL	**110.964.706**	**146.741.149**

21.3. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Subcontratos	36.970.325	28.663.804
Serviços especializados	8.985.355	10.326.792
Materiais	604.392	1.017.596
Energia e fluidos	1.496.100	2.749.321
Deslocações, estadas e transportes	3.422.542	3.552.669
Rendas e alugueres	3.528.958	4.079.052
Comunicação	262.464	323.432
Seguros	1.042.655	912.985
Contencioso e notariado	39.879	14.122
Despesas de representação	7.626	28.410
Limpeza, higiene e conforto	259.529	243.322
Outros serviços	956.689	1.454.905
TOTAL	**57.576.514**	**53.366.410**

21.4. Gastos com pessoal

A rubrica "Gastos com pessoal" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Remunerações dos órgãos sociais	1.134.030	1.179.832
Remunerações do pessoal	25.605.538	27.202.023
Benefícios pós-emprego (Nota 20.1)	686.702	617.684
Indemnizações	18.202	36.677
Encargos sobre remunerações	3.582.640	3.205.909
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1.009.941	943.320
Gastos de ação social	1.674.937	2.256.201
Outros	671.563	836.740
TOTAL	**34.383.553**	**36.278.386**

21.5. Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Rendimentos suplementares	6.575.066	4.469.526
Descontos de pronto pagamento obtidos	57.514	70.662
Diferenças de câmbio favoráveis	12.401.259	2.419.830
Ganhos em inventários	21	12.935
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	859.675	570.945
Juros obtidos	2.805.942	2.693.455
Dividendos obtidos	127.917	118.586
Correções relativas a períodos anteriores	340.638	184.011
Benefícios contratuais	1.874	386.344
Outros	954.671	176.569
TOTAL	**24.124.577**	**11.102.863**

21.6. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Impostos	1.693.010	2.128.901
Descontos de pronto pagamento concedidos	30	789.241
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.101.882	11.000.415
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	91.843	16.987
Multas e penalidades	212.134	249.473
Correções relativas a períodos anteriores	359.082	88.025
Outros	64.190	106.687
TOTAL	**3.522.171**	**14.379.729**

21.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2020	31.12.2019
Juros suportados	2.640.389	3.348.266
Outros gastos e perdas de financiamento	618.240	467.606
TOTAL	**3.258.629**	**3.815.872**

21.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2020	31.12.2019
Gastos a reconhecer – seguros	666.574	371.853
Outros diferimentos	44.474	49.294
TOTAL	**711.048**	**421.147**

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2020	31.12.2019
Rendimentos a reconhecer – NCRF 19	1.274.661	622.212
Rendimentos a reconhecer – lucros operações internas	285.580	523.350
Faturação a reconhecer	-	105.017
TOTAL	**1.560.241**	**1.250.579**

21.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica "Outros créditos a receber" em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tem a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores saldos devedores	829.910	616.427
Adiantamentos a fornecedores	3.084.223	1.912.420
Devedores diversos – partes relacionadas	17.689.645	20.813.086
Devedores por acréscimos de rendimentos	31.043.424	45.671.907
Adiantamentos por conta de vendas	173.690	49.751
Pessoal	35.905	424.098
Devedores diversos	7.639.137	8.756.080
TOTAL	**60.495.934**	**78.243.769**

O montante relativo a "Devedores por acréscimos de rendimentos" está relacionado, essencialmente, com a aplicação do método da percentagem de acabamento, de acordo com a NCRF 19 – "Contratos de construção".

A rubrica "Outras dívidas a pagar" em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tem a seguinte composição:

	31.12.2020	31.12.2019
Clientes saldos credores	38.105	53.367
Pessoal	1.461.332	2.366.853
Fornecedores de investimentos	1.385.117	55.397
Credores por acréscimos de gastos – remunerações	1.797.788	1.719.557
Credores por acréscimos de gastos – outros	3.607.792	4.222.384
Credores diversos – partes relacionadas	694.050	669.630
Credores diversos	2.171.950	2.981.907
TOTAL	**11.156.134**	**12.069.095**

21.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período no valor de 1.136.131 euros apresente a seguinte distribuição:

- Dividendos: 540.000 euros, que correspondem a 0,30 euros por ação;
- Outras reservas: 596.131 euros.

22. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho:

22.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2020	31.12.2019
Portugal	61.195.131	55.756.381
Angola	21.491.267	50.954.206
Moçambique	7.769.929	13.418.899
Zâmbia	7.941.134	20.727.295
Malawi	10.464.089	3.337.295
Gabão	2.103.156	2.547.073
TOTAL	**110.964.706**	**146.741.149**

22.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas em 2020, ascenderam a 27.500 euros (2019: 28.750 euros).

CAP.

04

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CAP.
04

CONSELHO FISCAL

1. EXERCÍCIO DE 2020

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório de gestão, balanço, contas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2. RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da Conduril - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço, da demonstração de resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e do respetivo anexo com as suas

notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve desta as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da Conduril - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2020, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

3. PARECER

1. que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, as contas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020,

2. que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 26 de março de 2021

O CONSELHO FISCAL

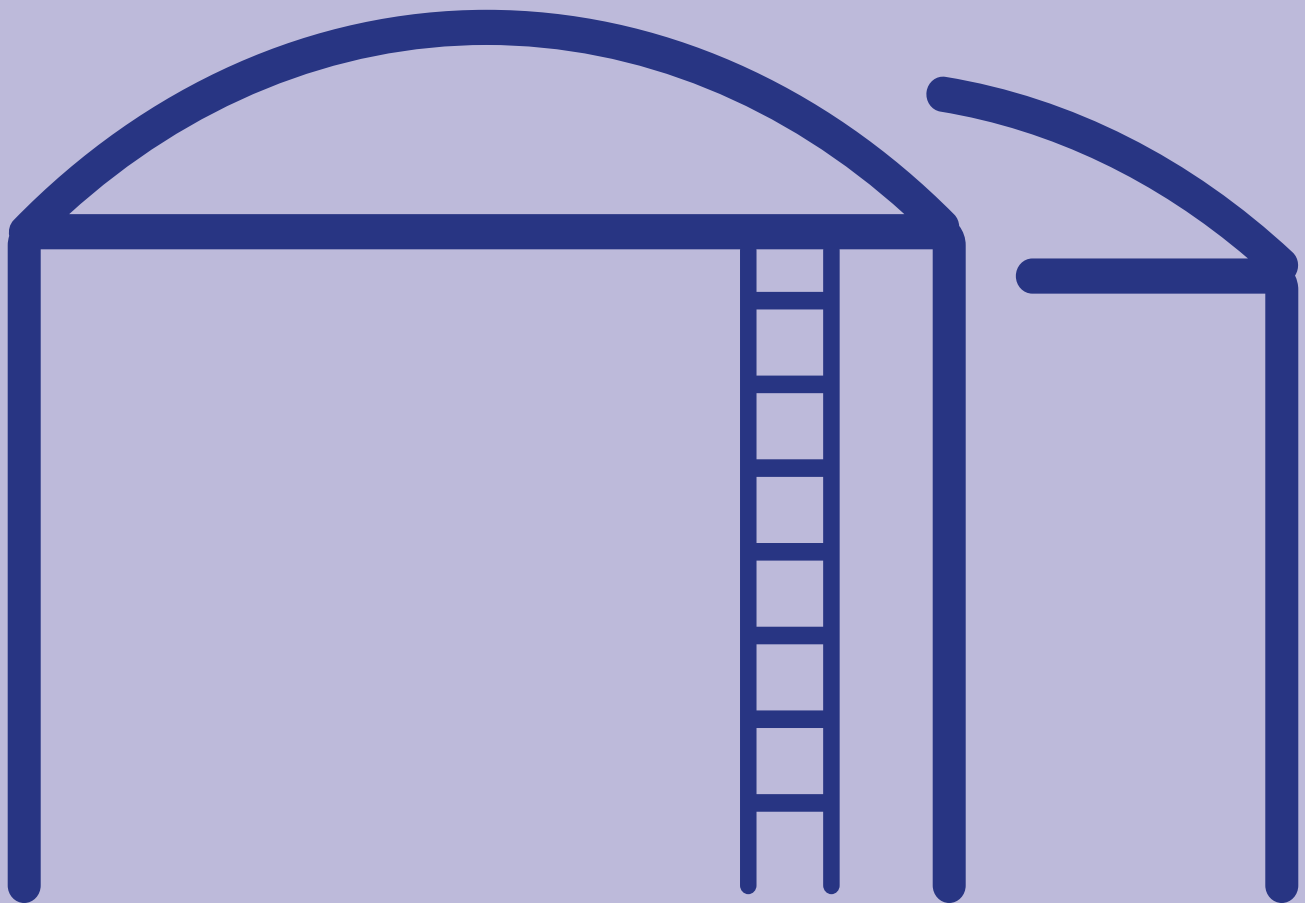
Ademar Américo Soares Paiva, Presidente

Maria de Lourdes Lopes Chaves

Júlio Gales Ferreira Pinto

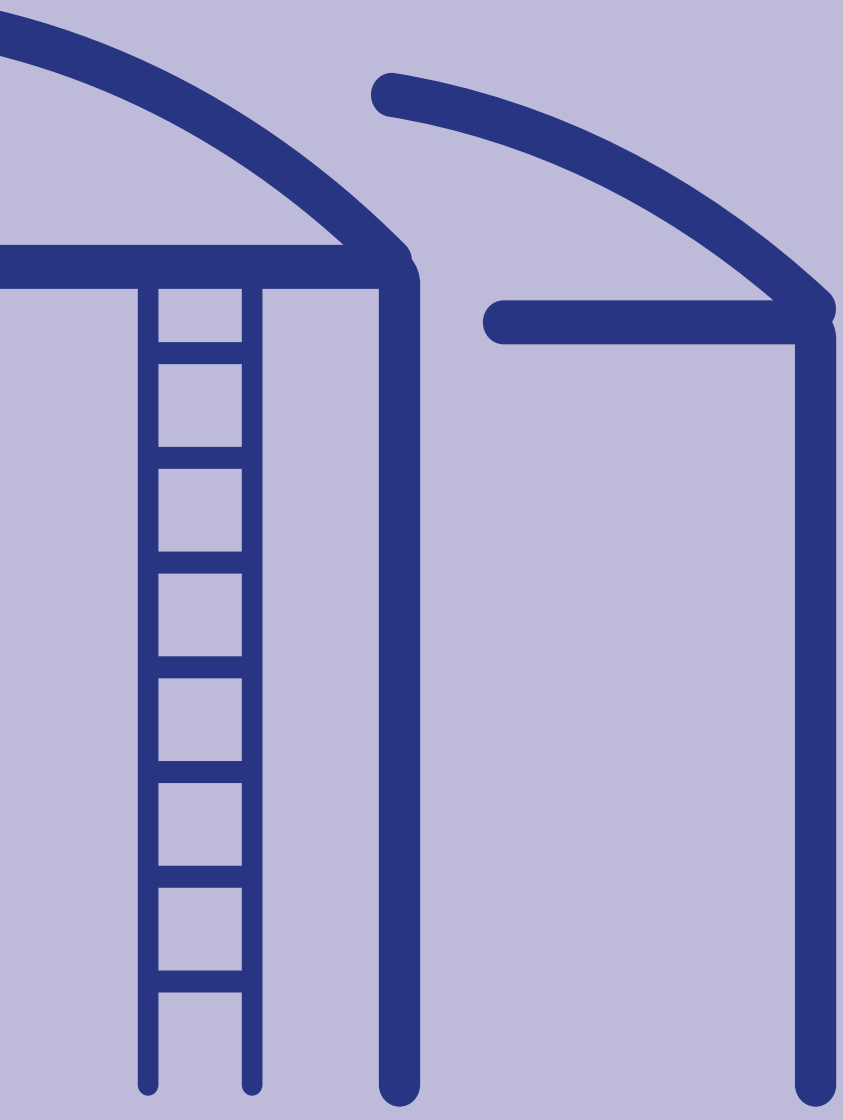
CAP.

05



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



1. RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 386.854.139 euros e um total de capital próprio de 178.277.974 euros, incluindo um resultado líquido de 1.136.131 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Na Nota 1 do Anexo às Demonstrações Financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2020, são divulgadas informações sobre os impactos resultantes da pandemia de COVID-19 refletidos na atividade da Entidade, bem como as medidas implementadas para garantir a continuidade das suas operações. Conforme mencionado na referida nota, permanecem incertezas relevantes quanto aos efeitos sobre as operações futuras da Entidade dada a incapacidade de prever qual a duração da pandemia de COVID-19. O Conselho de Administração considera que, face à informação disponível, o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2020, se mantém apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

2. RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 25 de março de 2021

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)

CONDURIL ENGENHARIA, S.A.
Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde – Portugal
T. +351 229 773 920
geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA
Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota – Luanda – Angola
T. +244 949 422 665
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE
Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,
Parcela 3380/12 – Matola – Moçambique
T. +258 219 025 88
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL ZÂMBIA
Plot 3817 Martin Mwamba Road
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka – Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI
Plot BC 922 House 5, Area Mandala
PO Box 907
Blantyre – Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

CONDURIL GABÃO
Nzeng-Ayong (Après le carrefour GP)
Libreville – Gabon
gabon@conduril.pt